

Recursos minerais da "ÁREA" no Atlântico sul e equatorial

Como desdobramento do Seminário Internacional sobre os Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro de 2008, foi realizada uma apresentação sobre o mesmo tema no Ministério da Defesa, no dia 12 de maio, para o Ministro da Defesa, parlamentares e outras autoridades.

O propósito do evento foi apresentar e discutir aspectos político-estratégicos, socioeconômicos, científico-tecnológicos e ambientais que demonstram a necessidade de o Brasil definir uma política nacional visando à ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial, e implementar um programa nacional para pesquisa, exploração e aproveitamento de seus recursos minerais.

O Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Coordenador da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, abriu o evento enfatizando o grande significado da participação do Brasil nas atividades da ÁREA.

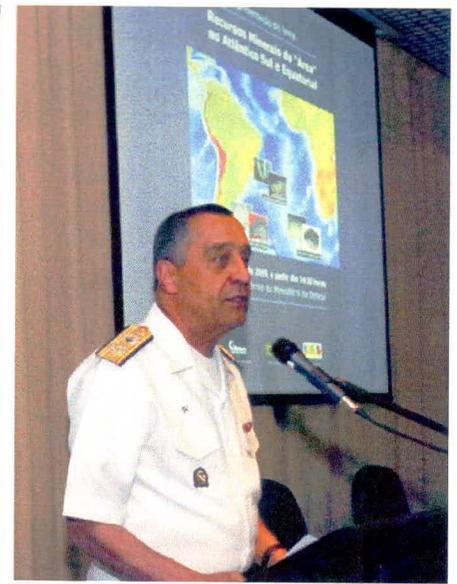
A apresentação para o Ministro da Defesa constou de três palestras, das quais destacam-se os seguintes pontos:

- a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) registram o Atlântico Sul como região de grande interesse político-estratégico. A PNRM incorpora como ação estratégica específica: "induzir a participação brasileira nas atividades de pesquisa, exploração e aproveitamento dos recursos minerais da "Área";

- as atividades na ÁREA são coordenadas pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International seabed Authority - ISBA*) e a exploração desses recursos depende da aprovação dos respectivos códigos de mineração, em âmbito da ISBA;

- o código de mineração relativo aos nódulos polimetálicos já se encontra em vigor há cerca de dois anos. No momento, a ISBA está elaborando os códigos de mineração relativos aos sulfetos polimetálicos e às crostas cobaltíferas. Estima-se que o primeiro seja aprovado em 2010 e o outro no ano seguinte;

- após a aprovação desses regulamentos, diversas áreas de exploração poderão ser requisitadas, no Atlântico Sul inclusive, algumas delas adjacentes à Plataforma Continental Jurídica



O Comandante da Marinha faz uso da palavra durante abertura do evento.

Brasileira. Dentre essas a Elevação do Rio Grande é a mais conhecida, de mais fácil acesso e que, por conseguinte, a que exige do país mais atenção;

- a requisição de sítios de exploração depende da comprovação, junto à ISBA, da realização prévia de levantamento geológico da região, para definição precisa das áreas reivindicadas;

- foi apresentada uma proposta de programa para exploração dos recursos minerais da "Área" intitulado: "Programa Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial" (PROAREA), que possui como um dos objetivos a exploração de crostas cobaltíferas na Elevação de Rio Grande;

- esse programa constitui, na prática, uma extensão do Programa "Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira" (REMLAC);

- a implementação do PROAREA irá requerer navios e equipamentos para realizar atividades de pesquisa a grandes profundidades (da ordem de 6.000 metros).

O Programa Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) será submetido à aprovação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, por ocasião da sua 172ª Sessão Ordinária, prevista para o mês de setembro.



CROSTAS
COBALTÍFERAS

SULFETOS POLIMETÁLICOS

